

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Gênero, Cidadania e Participação Política

“Driblando a Natureza”: práticas e percepções de
jovens (mulheres) em torno da contracepção e do
aborto em uma escola da rede pública de Belém do
Pará

Lucas Oliveira de Souza/UEPA¹

Lucivaldo Alves/UEPA²

Dr^a: Ana Lídia Nauar/ UEPA³

¹ Graduando do 6º semestre de licenciatura plena em história na Universidade do Estado do Pará

² Graduando do 8º semestre do curso de enfermagem na Universidade do Estado do Pará

³ Professora de antropologia da Universidade do Estado do Pará

Resumo

Este artigo visa discutir sobre uma pesquisa realizada ao longo de 2018 em uma escola pública de Belém do Pará. Será tecida uma reflexão em torno do aborto e de que maneira os estudantes elaboram suas práticas de contracepção, por meio de oficinas estruturadas e de questionários quantitativo e qualitativo e com a observação acerca do cotidiano escolar dos alunos e alunas, além de visitas ao Ver-o-Peso, a fim de descobrir remédios naturais abortivos e como as erveiras lidam comercializam seus produtos, sem indica-los a quem esteja grávida, pois temem represália, já que se trata de um crime. A realização do aborto não é algo recente na história do Brasil, mas recorrente, tendo suas origens no período colonial, em que as mulheres recorriam a essa alternativa como uma forma de realizarem um controle da natalidade, pois não tinham nenhum amparo em prosseguir, já que não contariam com o apoio dos pais dos filhos e por se encontrarem em uma situação de pobreza. No entanto, nos últimos anos, há tentativas de controlarem os corpos das mulheres, com projetos legislativos de proibirem o aborto alegando uma defesa à vida, que não protege as mulheres, as quais são submetidas às violências física e psicológica ao recorrerem a clínicas clandestinas para a realização da interrupção da gravidez.

Palavras chaves: gravidez, contracepção, aborto, escola, violência

Abstract

This article aims to discuss a research conducted throughout 2018 in a public school in Belém do Pará. A reflection will be made around abortion and how the students elaborate their contraceptive practices, through structured workshops and quantitative and qualitative questionnaires and with the observation about the students daily school life, in addition to visits to the Ver-o-Peso, in order to discover natural abortifacient medicines and how the erveiras sell their products, without indicating them to those who are pregnant, because they fear reprisals, since it is a crime. The performance of abortion isn't something recent in the history of Brazil, but recurrent, having its origins in the colonial period, in which women resorted to this alternative as a way to perform a birth control, because they had no support in proceeding, since they would not count on the support of the parents of children and for finding themselves in a situation of poverty. However, in recent years, there have been attempts to control women's bodies, with legislative projects to prohibit abortion on the grounds of a defense to life, which doesn't protect women, who are subjected to physical and psychological violence when they go to clandestine clinics for the termination of pregnancy.

Key words: pregnancy, contraceptive, abortion, school, violence

Introdução

A discussão sobre aborto na nossa sociedade, às vezes, é tomada como um tabu, sendo tratado como algo privado às famílias, dentro de suas casas, sempre considerado como proibido, pois também é um evento que está inserido no contexto da sexualidade construída ao longo dos anos, pela família, igreja e escolas, principalmente.

Segundo Foucault (1988), desde o século XVIII, criou-se um discurso repressivo sobre a sexualidade na sociedade ocidental, sendo a escola uma das instituições repressoras, as quais, na França separavam os rapazes e as moças. Por isso, essa visão sobre a sexualidade como algo proibido é tão predominante até hoje. Assim sendo, observamos uma dificuldade em se discutir o aborto nas escolas, as quais deveriam ser espaços de debates sobre diversos assuntos, o que não ocorre, já que se prefere tratar em segredo a fim de não contrariar a ordem vigente.

A prática do aborto, embora atinja diretamente às mulheres, não é uma pauta que, apenas, a elas recaia. Ao contrário, é necessário pensar essa prática como um elemento construtor da masculinidade, à medida que, nos espaços legislativos e também, no judiciário, há um predomínio de homens, os quais, majoritariamente, são brancos, héteros, de classe média, acabam legislando em torno dos corpos femininos.

Assim, ao longo da pesquisa pudemos perceber uma série de fatores, nos quais a presença masculina é imprescindível ao aborto, por exemplo, ao prosseguimento ou não da gravidez. Por isso, o apoio do companheiro às mulheres é essencial, já que ele ajuda nas construções dos laços de solidariedade que se estabelecem em torno dessa prática.

No Brasil, apesar da mídia começar a discutir recentemente o aborto por meio de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF), a qual argumenta que os artigos do Código Penal que proíbem o aborto afrontam preceitos fundamentais da Constituição Federal.

No entanto, no Brasil, a violência dos homens sobre as mulheres foi constituída pelos marcadores de diferença. Dessa maneira, essas distinções físicas transformam-se em estereótipos sociais, em geral de inferioridade, e assim produz preconceito, discriminação e violência (Schwarz, 2019).

Neste trabalho, busca-se pontuar que, apesar de escritos por homens, não se denota um impeditivo para a realização do mesmo, uma vez que se reconhece essas diferenças e ao apontá-las pretende-se, com isso, subverter a epistemologia hegemônica que inferioriza as mulheres, silenciando-as ao longo dos anos. Dessa maneira, homens e mulheres estão em constante troca de saberes, para a construção do trabalho.

Ademais, objetiva-se neste trabalho interpretar de que maneira são constituídas as práticas em torno da contracepção dos estudantes e do aborto das jovens mulheres de uma escola pública em Belém do Pará. Assim, entender como a escola molda as práticas contraceptivas dessas estudantes. Não obstante, avaliar como essas jovens têm seus direitos reprodutivos violados.

Metodologia

Buscou-se para atender à proposta dessa pesquisa, o método a etnografia, seguindo os moldes de uma pesquisa antropológica. Assim, o método da observação participante foi fundamental em todos os momentos em que estivemos na escola em contato com o grupo pesquisado. De acordo com Malinowski (1978) a observação participante consiste em avaliar todos os fenômenos que circundam aquele ambiente, no qual o pesquisador se insere, antes de realizar sua pesquisa. Decerto, a familiarização ajuda a entender as “peculiaridades” daqueles sujeitos. Neste caso, são alunos e alunas que estudam no ensino médio, no período matutino.

Segundo Geertz (1989), a etnografia depende de uma descrição densa, ou seja, é necessário notar, ao máximo, os detalhes dos estudantes que pesquisamos. Dessa forma, na sala trabalhada, percebe-se um maior número de negros e negras. Além disso, o contato com métodos contraceptivos é distante, uma vez que, embora os conheçam, não os debatem com familiares nem no espaço escolar. Mas, por meio de “pesquisas realizadas por um amigo na internet” conforme relatou uma estudante no questionário.

De Oliveira (2000) baseia-se em três etapas, isto é, olhar, ouvir e escrever, quando se afasta do campo de pesquisa, a fim de não se influenciar tanto pelo objeto de pesquisa. Desse modo, o processo de aproximação e familiarização com o universo da pesquisa foi constituído a partir de visitas à escola Vilhena Alves, de modo a nos familiarizarmos com os estudantes conhecendo e eles com nós, inicialmente por meio de conversas informais no espaço escolar.

Ademais, foram realizadas oficinas, nas quais se introduziu, de maneira expositiva e dialogada o assunto do projeto. Assim, seria possível mensurar o nível de conhecimento dos alunos e alunas. Em seguida, foram entregues questionários qualitativos e quantitativos, os quais serviram para identificar a opinião deles em relação ao aborto. Nesses questionários, os participantes deveriam informar onde moram, idade, profissão e religião, para que traçássemos um panorama mais completo deles.

O longo caminho do Aborto no Brasil

No entanto, de acordo com Boltansky (2012) as diferentes sociedades, da antiguidade até a modernidade praticam o aborto, mas ao mesmo tempo em que é praticado e reconhecido como prática social, há reprovação por aquelas que fazem ou

ajudam a fazê-lo. Embora condenado, não se expressa quase nunca posições sobre o fato em si, apenas o condena, uma vez que o simples fato de se discutir sobre isso cria um constrangimento em quem fala, a qual teme a reação do outro, normalmente, crítica de quem ouve, pois não compreende (ou não quer) entender os motivos sociais que levam as mulheres a tomarem essa decisão sobre os seus corpos negando, inclusive, a desigualdade entre as praticantes.

O aborto era recorrente no período colonial, conforme relatado por Del Priore (2009), mais do que, inclusive a prostituição no que tange ao controle exercido pela igreja. Qualquer prática sexual que não tivesse como objetivo a gravidez era vista como pecado.

Assim, o aborto era uma forma de controle da natalidade, pois o aborto consistia em muitas dores às mulheres causando febre, mal-estar, fluxos. Apesar do alto risco havia uma dupla preocupação, com a boca de mais uma criança para criar, bem como o estigma de criar os filhos sem o auxílio do companheiro que desaprecia, ao saber da notícia. Logo, os corpos outrora instrumento de prazer e de vida passava ser ferramenta de morte e luta.

A despeito disso, Rodhen (2003) indica como a divulgação do aborto, por meio dos jornais na década de 30 ajudava a normalizá-lo perante a opinião pública, porque nos anúncios não havia nenhuma intenção em deixá-lo implícito. Ao contrário, o que havia era uma divulgação em massa das qualidades das parteiras.

No Brasil, a prática do aborto é frequentemente condenada pela sociedade, assim como o aborto e as mulheres na qual praticam são penalizadas pelos seus atos previstos no Código Penal vigente, decretada em 1940. A partir desse contexto, houve um aumento da produção científica em torno do aborto, subsidiando a necessidade do fortalecimento das políticas públicas em saúde reprodutiva (DINIZ e MEDEIROS, 2010). A interpretação, comum ao censo comum, nesses estudos mais recentes, como da “gravidez indesejada” passa a ser questionada. Assim, conforme Menezes e Aquino (2009) esses estudos articulam questões centrais da saúde reprodutiva, desde as relações de gênero e os processos de decisão na esfera reprodutiva até a provisão de assistência e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. No âmbito das políticas públicas, segundo Biroli (2014) o aborto vem sendo motivo entre diversas correntes religiosas, as quais, como justificativa, utilizam-se de uma preservação à vida.

Este grupo, por sua vez, consegue influenciar na produção de legislações, que tornem o direito ao aborto ainda tão restritivo, pois ocupam cargos nos legislativos do país. Na maioria, são homens e brancos, os quais alegam a preservação da saúde da mulher. Por outro lado, a diversidade entre as mulheres não é levada em consideração.

À medida que o aborto é negado, assume-se que todas as mulheres desejam ser mães, com base na sua condição “natural”, isto é, frágil, dócil, preparada para ser mãe o que as opõem as que não se identificam dessa maneira e são taxadas de “loucas, agressivas ou violentas”.

Nesse sentido, o aborto legal restringe-se em apenas três situações: salvar a vida de uma mulher, no caso de estupro e para gravidez anencefálica. Observa-se que o aborto seguro é realizado por mulheres de alta renda e para outras indicações, por meio de clínicas privadas, no entanto as mulheres de baixa renda e adolescentes, as quais dependem da assistência do sistema público de saúde, sujeitam-se a métodos inseguros, em condições precárias e, acima de tudo, clandestinamente (MITCHELL et al., 2014). Por conseguinte, existe um contexto no qual impõe as mulheres oportunidades desiguais de evitar uma gravidez ou de escolher seu desfecho.

No estudo de Pilecco, Knauth e Vigo (2011) é evidenciado a relação entre coerção sexual e a prática do aborto em mulheres jovens como determinantes socioculturais, principalmente, em adolescentes as quais são mais vulneráveis as coerções, sexo não planejado e desprotegido do que em relação aos adultos. Embora apenas 9% dos abortos provocados no Brasil são em adolescentes, 22% delas necessitam de cuidados pós-aborto de emergência (MITCHELL, et al., 2014).

Além disso, é interessante perceber de que modo as percepções de masculinidade e a feminilidade são construídas no espaço escolar, a partir das experiências cotidianas de jovens estudantes (homens e mulheres). Decerto, evidencia-se como “os papéis” de homens e mulheres são influenciados pelas redes de amizade tecidas em torno desses estudantes. O contato com métodos contraceptivos, conforme percebido ao longo da pesquisa, é gerado a partir disso, moldando ou não, como lidam com os anticoncepcionais, levando-os, na maioria das vezes, a não os utilizarem.

Assim, Connel (2017) demonstra o papel de algumas atividades esportivas, tidas como restritas aos meninos, uma vez que, nesses esportes seria estimulado a demonstrar sua virilidade, já que, por meio deles mostraria capacidade de enfrentar a dor e superá-la. Característica que é levada ao longo de sua trajetória.

Segundo Moreno (1999), é na escola que se marca uma diferença entre homens e mulheres, ainda que no discurso institucional haja uma neutralidade entre os conteúdos didáticos, na prática, como sabemos, essa suposta neutralidade não existe, uma vez que, a forma como se ministram determinados temas na sala de aula, é responsável por reproduzir modelos que inferiorizam as mulheres, como restrita ao ambiente doméstico. Um exemplo disso é quando se aborda povos da antiguidade (Grécia e Atenas) em que se aponta os homens como referência. Em contrapartida, não se aponta as mulheres, o que colabora, por meio do ensino de história se perpetuam

visões preconceituosas, as quais estimulam o machismo, ao estimular o silenciamento das mulheres. Em suma, utiliza-se a ciência, a fim de justificar violências impostas às mulheres, como o aborto, em que homens, quase sempre, legislam os corpos das mulheres. Este fato possibilita que as demandas femininas, na escola, sejam cada vez mais negligenciadas, o que reforça a necessidade de se ampliar a participação feminina no cenário político.

Participação política feminina e o aborto

O direito ao voto feminino, no Brasil, só foi obtido a partir de 1932. Esta demora gerou um déficit na cidadania das mulheres, já que, ao não ocuparem os espaços, seja no legislativo ou no judiciário, não conseguem pautar uma agenda que, de fato, leve em consideração suas demandas, como as creches que possibilitam às mulheres não terem que optar entre trabalhar a fim de terem autonomia econômica ou cuidar dos seus filhos. Isso se sustenta por conta do longo processo de subordinação ao qual as mulheres foram submetidas. Mas, nos últimos anos, esse cenário vem se alterando.

Embora em 2010 tenha chegado à presidência da república uma mulher, o debate político ainda continuou permeado por machismo e misoginia. Decerto, adjetivos como “puta, vaca ou louca” são recorrentes para desqualificar mulheres políticas.

Assim, no segundo turno da eleição presidencial, o debate em torno do aborto foi marcado por um conservadorismo, o qual impediu de se estabelecer uma discussão em padrões mais humanitários, ainda que essa seja uma tese defendida por quem impede às mulheres de acessarem esse direito. Uma consequência disso pode ser percebida nas eleições legislativas seguintes.

Entre 2014 e 2018 houve um aumento de 52,6% da bancada feminina no Congresso Nacional. Essa medida é desencadeada por intermédio da Lei nº 12.304, aprovada em 2009, que estabeleceu uma cota de 30% nas candidaturas ao legislativo. Porém, essas mulheres eleitas não são homogêneas, assim como nada é. Há uma clara divergência entre direitos individuais e direitos sociais. Sobre o primeiro, essa legislatura é mais conservadora do que a anterior. Há um percentual entre congressistas que concorda com a possibilidade de tornar o aborto em crime hediondo, a qual continua em tramitação (PL 478/2007).

Em contrapartida, sobre projetos que possibilitem ampliação da licença paternidade para um mês sofre rejeição, sobretudo, dos homens. Assim como a ampliação da licença maternidade para 6 meses, desde que assegurada a estabilidade da gestante, mantém um certo equilíbrio, entre favoráveis e contrários.

No entanto, há um longo caminho a ser percorrido até se alcançar a plenitude da autonomia dos corpos femininos. Ademais, destaca-se que, em 2018, chegou à

presidência um representante dos defensores da “ideologia de gênero” o que acarreta em um silenciamento em torno de temas que perpassem pela temática do gênero, quando o ministério das mulheres é ocupado por alguém que acredita na determinação biológica dos papéis sociais, exemplificado pela vestimenta de cada um.

Desse modo, o direito à vida, assegurado pela Constituição Federal em seu 5ª artigo, é utilizado por grupos conservadores, para criticarem os grupos favorável ao aborto, alegando que as mulheres, ao optarem por isso estão matando uma pessoa, a qual não teria o direito a escolha.

No entanto, essa visão é simplista demais, pois relega à vida um papel somente biológico, desconsiderando em que condições essas mulheres terão condições financeiras e familiar para cuidar dessa criança. Destarte, Pantoja (2007) considera fundamental a formação de uma rede de solidariedade, a qual comportaria o companheiro, mas, sobretudo família e amigos (as) dessa jovem mulher. Essa rede possibilita que a decisão pela continuidade da gravidez seja tomada, sem temor.

Em contrapartida, quando não há presença de um companheiro, esse processo fica mais difícil, pois, às vezes, o avô da moça tem uma rejeição ao namorado da sua filha, o que acaba refletindo na criança. Além disso, nesse caso, a família pode rejeitar a participação nessa rede que é tecida. Então, a escolha pelo aborto torna-se aceitável, pois o impacto psicossocial da gravidez deixa a mulher vulnerável, sem colaboração. Para tanto, opta pelo aborto por acreditar na sua permanência na família, o que não é assegurado com o prosseguimento da gestação.

Resultados

A princípio, foram realizadas visitas ao Ver-o-Peso para buscar informações com as erveiras sobre como é a procura acerca de remédios que tem como objetivo evitar a gravidez ou provocar a sua interrupção. Assim sendo, notou-se um temor delas ao falar sobre o assunto. Alegavam que era crime e que, por isso, não deveriam tocar nesse assunto.

Por outro lado, mostraram um certo conhecimento sobre o assunto, ou seja, apesar de uma concordância em aprofundar conhecimento em torno do assunto. Havia uma discordância sobre a presença ou não de remédios com essa finalidade. Outra opção era o silêncio. Às vezes, os remédios eram vendidos, embora com características abortivas, estas não eram enunciadas às clientes.

Porém, as que se mostraram abertas a discutir com a gente esse assunto evidenciaram que esses produtos são bastante procurados. As garrafadas são vendidas em garrafas de 1 ou 2 litros. No entanto, as ervas abortivas, como a cabacinha, barbatimão, verônica são vendidas em pacotes, que podem chegar até R\$12. No

entanto, esses remédios não são indicados a quem está com a barriga à mostra, de acordo com os relatos.

Esse fato, por sua vez, denota como as estratégias para a realização do aborto são tecidas, uma vez que, neste caso, a participação e colaboração do companheiro, da família e das amigas é imprescindível, pois são estes os agentes para que a mulher grávida consiga acessar as formas abortivas, tidas como “naturais”.

Foram realizadas oficinas estruturadas ao longo dos anos de 2018, cujos temas giravam em torno de gravidez, adoção, família como forma de introduzir o assunto de nosso interesse, isto é, aborto sem assustar os estudantes com um tema tão delicado.

Desse modo, ao desenvolver a pesquisa na escola pública Vilhena Alves, com o decorrer da observação ao longo dos meses. Mas, ficou a critério da direção a seleção das turmas para realizarmos as oficinas. Cabe frisar que, no começo do trabalho, houve uma resistência por parte da direção, a qual se negava a dialogar conosco. A despeito disso, ao longo do ano de 2018, a escola passou quase 4 meses sem funcionar, em decorrência de uma greve iniciada em abril com fim em agosto.

Além disso, não se mostravam abertos a conversarem a respeito da ausência de debates abordando gênero, sexualidade e afins. Essa postura se justifica, a nosso ver, pela persistência da resistência a esses assuntos, os quais não são vistos como prioritários. Outrossim, é possível perceber uma continuidade dos corpos femininos, uma vez que são elas as maiores vítimas dessa postura repressora.

As oficinas consistiram em uma breve apresentação de 30 minutos sobre o panorama da gravidez da adolescência no país, apresentando a turma dados sobre abandono parental, adoção de crianças Brasil, bem como discutindo de que maneira as jovens mulheres enfrentam dificuldades ao levarem adiante sua gravidez.

Em seguida, apresentou-se um documentário intitulado clandestinas, de 2014, o qual versa sobre o panorama do aborto das mulheres no Brasil, em que relatam as dificuldades enfrentadas por quem escolhe isso, pois correm risco de vida, já que não contam com clínicas de saúde adequadas para tal. Além disso, apontam como são recriminadas por abortarem.

Assim, não houve uma obrigatoriedade aos discentes em permanecerem em sala. Dessa maneira, apenas 11 estudantes, com idades entre 15 e 18 anos participaram das 2 oficinas, realizadas em setembro daquele ano. Apresentam um perfil, majoritariamente composto por negros e negras. São moradores (as) de bairros periféricos de Belém, como Pratinha, Coqueiro, Cabanagem, Cremação, Terra Firme e Canudos.

Foram entregues questionários, um de maneira quantitativa, com perguntas sobre religiosidade, bairro, idade, se há discussão sobre gênero na escola. Em seguida,

um de base qualidade, na qual deveriam escrever suas opiniões, em torno da liberdade dos corpos, que as mulheres teriam. Se são favoráveis ao aborto ou não e o motivo disso.

Além disso, havia um questionamento sobre métodos contraceptivos, como os conheceram e se usam ou não. Nesse caso, houve apesar de conhecerem uma decisão pela não utilização dos mesmos. Desse modo, ilustra-se como a visão, tão comum ao senso de que os jovens “erram” quando ocorrem uma gravidez não encontra amparo na realidade, uma vez que é uma escolha consciente do casal.

Houve um predomínio das religiões católica e evangélicas. Isso, contudo, não significou um alinhamento automático com os dogmas dessas religiões. Entretanto, existiu uma avaliação de que o aborto deve ser entendido como um direito. Embora não seja uma opção para elas. 4 mulheres se mostraram favoráveis, enquanto 5 se opuseram. Entre as que opunham, houve uma percepção de era um crime ou que havia outras opções, tais como, a doação a quem teriam condições financeiras melhores para cuidarem das crianças.

Conclusão

A pesquisa ainda não está encerrada, mas alguns elementos podem ser extraídos do que já foi avaliado. A principal dificuldade se encontra no receio que se tem quando se aborda um assunto como o aborto, embora seja uma prática recorrente ao longo da história. Ela não é falada com frequência e isso exigiu um certo cuidado ao trabalhá-la. A princípio, para não assustar a direção da escola, o que poderia implicar em um obstáculo ao desenvolvimento do trabalho. Em seguida, com os estudantes, pois eles apresentam uma faixa etária menor que a nossa, o que pode acarretar uma dificuldade em se abrir conosco, em decorrência do estranhamento desencadeado por isso.

Além disso, o público escolar possui uma faixa etária diversificada o qual viu a necessidade em realizar uma abordagem geral sobre contracepção e o aborto, visto que na posição de pesquisador é necessária uma aproximação, para obter um diálogo de confiabilidade, discrição e respeito às opiniões.

Percebe-se pelos relatos dos alunos que predomina uma visão, na qual o apoio dos parceiros é visto como essencial, haja vista que cabe a ele prover a “sustentabilidade no futuro, pois sem ajuda do homem é muito difícil criar um filho”, essa visão ilustra como, desde a infância homens e mulheres são condicionados a exercerem funções na sua vida adulta. São tão legitimados, que passam a ser normalizados, entretanto, carregam consigo uma carga de violência simbólica, pois, ao recair sobre a mulher, quase que de maneira exclusiva a responsabilidade pela criação, ela acaba

tendo dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. À medida que se insere, recebe menos, para as mesmas funções.

A despeito disso, tanto homens, quanto mulheres alegam ausência de planejamento como causa para a gravidez. Embora, segundo eles, existam métodos e remédios que a evitem, mas não o usam e, por isso, quando vem uma criança, não optam pelo aborto, pois alguns alegam justificativas religiosas, outros, por outro lado, preferem apontar para essa falta de cuidado como desencadeadora da gravidez.

Portanto, o uso da religiosidade assume relevância alegando tratar-se de pecado. Entretanto, o que nos chamou atenção foi o fato de homens sentirem um certo desconforto ao serem provocados a refletirem sobre o aborto. Mostraram, inclusive, um estranhamento, como se esse debate não os atingisse também na construção de suas paternidades, por exemplo.

Não entraram em detalhes acerca de como têm conhecimento sobre remédios abortivos. Mas, em contrapartida, a maioria alegou uma ausência de debates no meio familiar em torno de métodos contraceptivos, o que nos sugere, por sua vez, que esse conhecimento foi construído, sobretudo, no espaço escolar, conquanto não haja discussões em torno dessa temática, ou seja, evidencia-se que esse saber é obtido por meio de conversas com amigos e amigas.

Logo, percebe-se como a construção da cidadania do grupo é incompleta, uma vez que o acesso à educação, embora assegurado na Constituição Federal de 1988, não é respeitado como deveria, pois, lhe são negados a existência de debates em torno de temáticas essenciais. Este é o caso do aborto no Brasil. Apesar da recorrente execução desse fato, sua existência é negada. Alguns elementos ajudam a entender esse quadro.

A invisibilidade das violências que vitimam a população negra nesse país. Conforme Biroli (2018), Diniz e Medeiros (2010) as mulheres negras são as que mais sofrem nas clínicas clandestinas com a criminalização do aborto. No entanto, as mulheres de classes mais altas têm a possibilidade de pagar para realizar o aborto de maneira mais segura. Além disso, conforme apontado anteriormente, no legislativo nacional há um predomínio de homens, os quais não tem interesse ou, quando possuem, optam por uma discussão superficial em torno do assunto, alegando uma defesa à vida que não protege cidadãs.

Bibliografia

BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas sobre o aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N. 07. Brasília, 205-248, jan./abril 2012.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate do aborto: implicações teóricas e políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 37-68.

CECATTI, José Guilherme, GUERRA, Gláucia Virginia de Queiroz Lins, SOUZA, Maria Helena. Aborto no Brasil: um olhar etnográfico. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. 2010; 32(3):105-11

CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.272p.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho antropológico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

DEL Priore, Mary. **Ao Sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência e Saúde Coletiva*. v.15, Supl. 1, 2010. Pág. 959-966. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15suppl1/959-966/pt>.

DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo, MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência e Saúde Coletiva*. V. 22. N. 02. pp. 653-660. 2017.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MENEZES, Greice, AQUINO, Estela M. L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S193-S204, 2009

MITCHELL, Ellen MH; HEUMANN, Silke; ARAUJO, Ana; ADESSE, Leila; HALPERN, CT. Brazilian adolescents' knowledge and beliefs about abortion methods: a school-based internet inquiry. *BMC Women's Health* 2014. Disponível em <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1472-6874-14-27>.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 2003. 80 p.

PILECCO, Flávia Bulegon; Knauth, Daniela Riva; VIGO, Álvaro. Aborto e coerção sexual: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n.3, 2011. Pag. 427-439. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n3/04.pdf>.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. *Sendo Pai, sendo mãe: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017

RODHEN, Fabíola. **A arte de enganar a Natureza: contracepção, aborto, infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.